

CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

Ao receber a ordem do Fiscal da sala, confira este **CADERNO** com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova. Caso haja algum problema, solicite a **substituição** deste caderno imediatamente.

A Funec não se responsabilizará por eliminação de candidatos que realizarem a prova com cargo diferente ao da inscrição.

Este caderno contém a Prova Objetiva, com **40 (quarenta)** questões, sendo **10 (dez)** de **Língua Portuguesa**, **05 (cinco)** de **Informática**, **10 (dez)** de **Raciocínio Lógico**, **05 (cinco)** de **Legislação** e **10 (dez)** de **Conhecimentos Específicos**, cada qual constituída de **4 (quatro)** alternativas de respostas para cada questão, **sendo apenas uma alternativa CORRETA**, além de uma Prova Dissertativa.

CONFIRA SE SUA PROVA CORRESPONDE AO CARGO PELO QUAL VOCÊ OPTOU QUANDO REALIZOU A INSCRIÇÃO. Caso não seja, solicite a substituição, pois não serão aceitas reclamações posteriores.

Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico (calculadora, telefone celular, *beep*, *paggers*, nenhum relógio, entre outros), conforme item 12.1.24 do Edital.

Faça o rascunho do gabarito na página apropriada deste caderno. O rascunho não será considerado na correção.

Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho.

Ao finalizar a **Prova Objetiva**, transfira as respostas para a **Folha de Respostas**, observando o seguinte exemplo:

Questão 01 – letra C	01)	A) <input type="text"/>	B) <input type="text"/>	C) <input checked="" type="text"/>	D) <input type="text"/>
Questão 02 – letra B	02)	A) <input type="text"/>	B) <input checked="" type="text"/>	C) <input type="text"/>	D) <input type="text"/>

Use apenas caneta (tinta preta ou azul) de corpo transparente para preencher os quadrinhos da Folha de Respostas. Não utilize corretivo. **NÃO SERÃO ACEITAS RASURAS.**

Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas, **MESMO QUE UMA DELAS ESTEJA CORRETA.**

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

Não dobre, amasse ou rasure a **Folha de Resposta**. ELA É A SUA PROVA.

O candidato deverá entregar somente a **FOLHA DE RESPOSTAS**, devidamente preenchida e assinada, além da **PROVA DISSERTATIVA**.

O tempo de duração da prova é de **4h (QUATRO HORAS)**, já incluído o tempo destinado à transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a **Folha de Respostas e à assinatura desta**.

A Funec não se responsabilizará por eliminação de candidato que não assinar a Folha de Respostas.

Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos e assinarem o termo de fechamento do malote de provas da sua respectiva sala. Caso neguem tal ato, poderão ser eliminados, conforme item 12.1.32 do Edital.

**ABRA ESTE CADERNO SOMENTE QUANDO AUTORIZADO**



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 06.

### TEXTO 01

#### O exercício da cidadania no desenvolvimento da sociedade

Alexis Madrigal

Estudam-se o processo de construção da cidadania e as garantias de efetivação de elementos democráticos como a liberdade, a segurança, o desenvolvimento, o emprego e a justiça.

Cidadania é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive. O conceito de cidadania sempre esteve fortemente ligado à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto da formação do governo e da sua administração.

Ninguém nasce cidadão, mas se torna cidadão pela educação, porque a educação atualiza a inclinação potencial e natural dos homens à vida comunitária ou social. A cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la, de poder votar em quem quiser sem constrangimento, de praticar o exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais. Cidadania é, nesse sentido, um processo. Um processo que começou nos primórdios da humanidade e que se efetiva por meio do conhecimento e da conquista dos direitos humanos, não como algo pronto, acabado, mas como aquilo que se constrói.

A origem da palavra “cidadania” vem do latim *civitas*, que quer dizer “cidade”. A palavra “cidadania” foi usada na Roma Antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Segundo Dalmo Dallari: “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, por meio daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas e não se conformam frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não consegue ser ouvida, exatamente porque se lhe nega a cidadania plena, cuja conquista, ainda que tardia, não será obstada.

A cidadania é algo que não se aprende somente com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública. É no convívio do dia a dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. A cidadania deve ser perpassada por temáticas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética. A cidadania é tarefa que não termina. A cidadania não é como um dever de casa, em que faço a minha parte, apresento e pronto, acabou. Enquanto seres inacabados que somos, sempre estaremos buscando, descobrindo, criando e tomando consciência mais



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

ampla dos nossos direitos. Nunca poderemos chegar a entregar a tarefa pronta, pois novos desafios na vida social surgirão, demandando novas conquistas e, portanto, mais cidadania.

De acordo com a Carta Magna de 1988, cidadão é aquele indivíduo a quem a Constituição confere direitos e garantias – individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais – e lhe dá o poder de seu efetivo exercício, além de meios processuais eficientes contra a violação de seu gozo ou fruição por parte do poder público.

O conteúdo de cidadania em âmbito constitucional é mais amplo do que o simples fato de possuir um título eleitoral para votar e ser votado. Ela não se restringe ao voto, o qual é apenas uma etapa do processo de cidadania. A atual Constituição amplia a cidadania, qualificando e valorizando os participantes da vida do Estado e reconhecendo a pessoa humana como ser integrado na sociedade em que se vive.

Assim, a Constituição brasileira promulgada em 1988 acabou absorvendo grande parte das reivindicações do movimento de “Participação Popular na Constituinte”, institucionalizando várias formas de participação da sociedade na vida do Estado, sendo que a nova Carta Magna ficou conhecida como a “Constituição Cidadã” pelo fato de, entre outros avanços, ter incluído em seu âmbito mecanismos de participação no processo decisório federal e local. Com referência à participação direta, a Constituição destaca o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular.

É de grande importância o fato de a Constituição Federal de 1988 ter abordado a cidadania sob o enfoque da garantia da dignidade humana. O cidadão, muito embora em sua grande maioria não saiba o conteúdo da Carta Magna, tem assegurado por meio dela não só o princípio da cidadania através dos direitos fundamentais, além da certeza de que ser cidadão não é apenas ter o direito a votar e ser votado, mas, principalmente, ter direitos e garantias individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Cidadania é a participação efetiva no destino de um Estado por meios que façam com que os representantes do povo, eleitos para cargos políticos, cumpram as funções a eles atribuídas. A própria Constituição permite, por exemplo, o exercício da Ação Popular, uma garantia individual (Art. 5º, inciso LXXIII), visando à tutela de interesses de toda a sociedade, os quais não devem ser superados por interesse particular. Cidadania engloba uma série de direitos, deveres e atitudes [...], a participação, ativa ou passiva, na administração comum. Pressupõe, por exemplo, o pagamento de impostos, mas também a fiscalização de sua aplicação.

Portanto, para efetivamente exercer a cidadania, o indivíduo deve conhecer os direitos dos quais é titular, bem como suas repercussões no meio social em que convive, assim como ter plena consciência de seus deveres e entender que atua, com sua conduta ativa ou passiva, também sobre a esfera jurídica de outras pessoas, e não apenas sobre a sua própria. Em última análise, deve se entender como parte integrante da comunidade em que vive e, portanto, capaz de nela intervir, afetando a si próprio, a terceiros e à comunidade em si.

Ser cidadão é ter consciência de que é sujeito de direitos. Direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos e sociais. Mas este é um dos lados da moeda. Cidadania pressupõe também deveres. O cidadão tem de ser cômico das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo, que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição. Somente assim se chega ao objetivo final, coletivo: a justiça em seu sentido mais amplo, ou seja, o bem comum.

A história das civilizações mostra que a cidadania representa uma etapa do desenvolvimento humano e o resultado da modificação dos hábitos culturais dos homens. Quando se examinam os estatutos brasileiros, consegue-se observar apenas um lado dessa evolução, ou involução, haja vista que o Direito, na condição de



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

objeto cultural situado no tempo e no espaço, deve expressar os valores comungados pelo corpo social, ou seja, ao menos em tese, as leis devem representar a vontade da consciência coletiva.

Por isso, parte-se de uma perspectiva de análise dos fatores históricos, por meio da leitura e da interpretação dos textos constitucionais brasileiros, para conhecer a problemática que se coloca nos dias hodiernos, qual seja: como construir a cidadania saindo do prisma formal das garantias constitucionais, passando à efetividade do exercício da cidadania crítica e reflexiva.

Com o advento do Estado de Direito, passou a haver uma demanda objetiva por uma administração pública honesta, transparente e democrática, em que o cidadão sentir-se-ia livre de fato. Embora para muitos seja inaceitável a existência ou a possibilidade de um sistema ético universal e absoluto, os valores da democracia e da cidadania encontram-se bem enraizados nas sociedades ocidentais, ainda que, não raras vezes, formalmente.

Por fim, ver a má qualidade da educação pátria como o principal problema enfrentado pela sociedade brasileira pode parecer muito óbvio, mas nem sempre se consegue identificá-lo, muito menos compreendê-lo. Logo, este trabalho aponta que, no Brasil, houve uma notória evolução no que se refere aos direitos da cidadania e que o atual estágio, iniciado com a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, colocou o país numa situação de superioridade frente às mais modernas cartas democráticas do mundo. Entretanto, a outra etapa importante desse processo, o exercício da cidadania, ainda não foi realizada. Aponta-se que se deve, urgentemente, construir a identidade do cidadão brasileiro, por meio de uma educação voltada para a transformação social, para o melhoramento de uma consciência coletiva. Só assim ter-se-á uma cidadania, de fato e de direito.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48124/o-exercicio-da-cidadania-no-desenvolvimento-da-sociedade>. Acesso em: 7 mar. 2020.

1) O Texto 01 traz conceitos de cidadania. Assinale a alternativa que **NÃO** indica um conceito presente no texto:

- A) Cidadania é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive.
- B) Cidadania é a participação efetiva no destino de um Estado por meios que façam com que os representantes do povo, eleitos para cargos políticos, cumpram as funções a eles atribuídas.
- C) Cidadania é um referencial de conquista da humanidade, por meio daqueles que sempre buscam mais direitos, mais liberdade, melhores garantias individuais e coletivas.
- D) Cidadania é a conformidade frente às dominações arrogantes, seja do próprio Estado ou de outras instituições ou pessoas que não desistem de privilégios, de opressão e de injustiças contra uma maioria desassistida e que não consegue ser ouvida.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

2) Releia:

Segundo Dalmo Dallari, “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

O trecho acima é composto por uma:

- A) Citação indireta.
- B) Citação direta.
- C) Validação universal.
- D) Validação particular.

3) Leia o texto abaixo.

#### TEXTO 02



Fonte: <http://www.arionaurocartuns.com.br/2018/11/charge-cidadania-lixo-na-rua.html>. Acesso em: 7 mar. 2020.

A passagem do Texto 01 que melhor se relaciona ao Texto 02 é:

- A) “A cidadania não é como um dever de casa, em que faço a minha parte, apresento e pronto, acabou.”
- B) “Cidadania engloba uma série de direitos, deveres e atitudes [...], a participação, ativa ou passiva, na administração comum.”
- C) “A cidadania é algo que não se aprende somente com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública.”
- D) “Com o advento do Estado de Direito, passou a haver uma demanda objetiva por uma administração pública honesta, transparente e democrática, em que o cidadão sentir-se-ia livre de fato.”



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

4) Releia:

[...] O cidadão tem de ser **côncio** das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo, que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição.

A palavra destacada pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- A) Alienado.
- B) Consciente.
- C) Responsabilizado.
- D) Indagado.

5) Releia:

Por isso, parte-se de uma perspectiva de análise dos fatores históricos, por meio da leitura e da interpretação dos textos constitucionais brasileiros, para **conhecer** a problemática que se coloca nos dias hodiernos, qual seja: como **construir** a cidadania **saindo** do prisma formal das garantias constitucionais, **passando** à efetividade do exercício da cidadania crítica e reflexiva.

As palavras destacadas no trecho são:

- A) Verbos no modo subjuntivo.
- B) Verbos no modo indicativo.
- C) Verbos no modo imperativo.
- D) Formas nominais do verbo.

6) Releia:

[...] **Logo**, este trabalho aponta que, no Brasil, houve uma notória evolução no que se refere aos direitos da cidadania e que o atual estágio, iniciado com a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988, colocou o país numa situação de superioridade frente às mais modernas cartas democráticas do mundo. **Entretanto**, a outra etapa importante desse processo, o exercício da cidadania, ainda não foi realizada.

As palavras destacadas têm valor semântico, **RESPECTIVAMENTE**, de:

- A) Conclusão e oposição.
- B) Explicação e concessão.
- C) Oposição e concessão.
- D) Conclusão e contraste.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

Leia o texto abaixo para responder às questões 07 e 08.

### TEXTO 03

#### **Exercício de cidadania: as crianças dão o exemplo**

*Estimular os pequenos desde cedo a terem atitudes cidadãs é fundamental para ter, no futuro, indivíduos capazes de uma atuação mais ética*

No Trilha da Criança Centro Educacional, o Projeto Institucional Cidadão Mirim, desenvolvido desde 2001, vem norteando inúmeras outras ações na escola, propiciando situações de análise e reflexão em torno de três vertentes, de cunho social e educativo: eu comigo, que possibilita a reflexão sobre a necessidade de cuidar de si mesmo e de respeitar sentimentos pessoais; eu com o outro, que promove o desenvolvimento e a construção de valores e atitudes comuns a todos; e eu com o mundo, que trabalha a conscientização e as ações em benefício do meio ambiente.

“É fundamental ensinar e estimular as crianças a terem atitudes cidadãs desde os primeiros anos de vida, para que tenhamos, num futuro, indivíduos capazes de exercer a sua cidadania e ter uma atuação política mais ética, consciente e responsável”, afirma a diretora do Trilha da Criança, Ana Paula Resende Bartolomeo.

Exemplos de ações que refletem essas premissas são as assembleias, o projeto de reciclagem e confecção de brinquedos com materiais reaproveitáveis, a Semana do Meio Ambiente da Trilha, a gincana ecológica, a confecção de *ecobags*, entre outras. A escola mantém, ainda, a horta coletiva, onde as crianças cultivam e colhem os alimentos que serão utilizados nas próprias refeições.

A escola estimula atividades de reflexão e conscientização, além da realização de ações em benefício do meio ambiente, envolvendo toda a comunidade escolar e do entorno. Um exemplo foi a coleta seletiva realizada na Praça JK, em Belo Horizonte. Além de recolher o lixo no local, a ação teve como objetivo evitar o ajuntamento de objetos que pudessem acumular água parada, para evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. As crianças também fizeram cartazes e uma blitz educativa para alertar a comunidade sobre o tema.

“Em consonância com o nosso Projeto Cidadão Mirim, buscamos despertar nos alunos o senso de responsabilidade, contribuindo para que toda a comunidade reflita sobre a importância do comprometimento coletivo para a preservação do meio ambiente”, afirma a diretora do Trilha. Para Ana Paula, a escola cumpre papel fundamental, visto que pode estimular seus alunos a desenvolverem a capacidade de análise e reflexão crítica, contribuindo para a construção de uma consciência cidadã.

Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2019/10/27/internas\\_educacao,1095164/exercicio-de-cidadania-as-criancas-dao-o-exemplo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2019/10/27/internas_educacao,1095164/exercicio-de-cidadania-as-criancas-dao-o-exemplo.shtml). Acesso em: 7 mar. 2020.





CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

7) A notícia tem como propósito:

- A) Apresentar a atitude das crianças, bem como destacar que isso contribui para a construção de uma consciência cidadã.
- B) Despertar no leitor o interesse na prática de atitudes que contribuam para a proteção do meio ambiente.
- C) Expor sobre a prática de atitude cidadã por crianças, defendendo que se torne obrigatória nas escolas de educação infantil.
- D) Relatar sobre a prática de cidadania como forma de proteção ao meio ambiente.

8) Releia:

As crianças também **fizeram** cartazes e uma blitz educativa para alertar a comunidade sobre o tema.

O verbo destacado está flexionado no:

- A) Pretérito perfeito do indicativo.
- B) Pretérito imperfeito do indicativo.
- C) Pretérito mais que perfeito do indicativo.
- D) Pretérito imperfeito do subjuntivo.

9) O conceito do Texto 01 que melhor se aplica ao Texto 2 é:

- A) “Cidadania é o conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade em que vive.”
- B) “A cidadania é algo que não se aprende somente com os livros, mas com a convivência, na vida social e pública.”
- C) “A cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la, de poder votar em quem quiser sem constrangimento, de praticar o exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais.”
- D) “A cidadania é quando o cidadão tem é cômico das suas responsabilidades enquanto parte integrante de um grande e complexo organismo, que é a coletividade, a nação, o Estado, para cujo bom funcionamento todos têm de dar sua parcela de contribuição.”





CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

10) Assinale a opção em que os vocábulos destacados obedecem à mesma regra de acentuação gráfica:

- A) Ele foi extraordinário durante o incêndio.
- B) Ele agiu também no incêndio.
- C) Você verá que é necessário.
- D) Dá-lhes o necessário para viver.

### INFORMÁTICA

11) Internet das coisas é uma tecnologia que permite:

- A) Obter informações de grandes conjuntos de dados gerados por sistemas de informação.
- B) Predizer informações a partir de análise de dados de dispositivos conectados à internet.
- C) Utilizar serviços que podem ser acessados de qualquer lugar do mundo.
- D) Transmitir pela internet dados coletados por dispositivos.

12) Considere uma planilha do software Microsoft Excel 2013 em português contendo dados numéricos. Assinale a fórmula que apresentaria erro:

- A) =CONT.SE(A1:B2)
- B) =SOMA(1;B1)
- C) =SE(A2>=6;"Aprovado";"Reprovado")
- D) =\$A1\*B2

13) Analise as seguintes afirmações sobre o Microsoft Word versão 2013 ou superior:

- I. O modo de exibição de **Estrutura de Tópicos** é útil para criar títulos dentro de um documento.
- II. É possível alterar a orientação de uma página para um *layout* de retrato ou de paisagem.
- III. Restringir alterações em um documento é uma forma de impedir, por exemplo, que sejam realizadas alterações na formatação do documento.

Estão **CORRETAS**:

- A) Somente as afirmações I e II.
- B) Somente as afirmações II e III.
- C) Somente as afirmações I e III.
- D) Todas as afirmações.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

14) As seguintes ações foram executadas em um computador com sistema operacional Windows 10:

- I. Bloqueio da barra de tarefas do Windows.
- II. Atualização dos drivers do computador.
- III. Instalação do pacote Microsoft Office.
- IV. Substituição do disco rígido interno por um disco rígido SSD.

Correspondem a ações que podem trazer benefícios para melhorar o desempenho, ou seja, melhorar o tempo de execução de processos no computador:

- A) Somente as afirmações I, II.
- B) Somente as afirmações II e III.
- C) Somente as afirmações II e IV.
- D) Somente as afirmações I e IV.

15) Os tipos de malwares incluem *phishing*, *spyware*, *worms*, *adware*, *rootkits* e *ransomware*. Uma forma efetiva de combater os *malwares* numa organização é:

- A) Usar uma rede de computadores não conectada à internet.
- B) Instalar e configurar um firewall nos computadores.
- C) Usar sistemas operacionais livres e gratuitos como o Linux.
- D) Configurar uma senha criptografada nas redes sociais.

### RACIOCÍNIO LÓGICO

16) Um anagrama (do grego *ana* = "voltar" ou "repetir" + *graphein* = "escrever") é uma espécie de jogo de palavras, que se constitui no rearranjo das letras de uma palavra ou expressão para produzir outras palavras ou expressões, utilizando todas as letras originais exatamente uma vez.

Quantos anagramas podem ser formados com a palavra SERRANA?

- A) 60.
- B) 1260.
- C) 2520.
- D) 5040.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

17) No Centro de Apoio de Saúde da Prefeitura Municipal de Nova Serrana, realizou-se um encontro de Raciocínio Lógico. Esse evento contou com a participação de 60 pessoas. Após quatro etapas realizadas, as cinco finalistas foram Ana, Amanda, Analu, Ariana e Andreia.

Ao serem entrevistadas sobre o resultado final do concurso, assim se manifestaram:

- Ana: “A Ariana ficou em segundo lugar, e eu, em quarto.”
- Amanda: “Eu fiquei em terceiro lugar, e a Andreia, em último.”
- Analu: “A Ariana ganhou, mas eu fiquei em segundo lugar.”
- Ariana: “A Amanda foi quem ganhou. Eu fiquei em último lugar.”
- Andreia: “Quem ficou em segundo lugar fui eu. A Ariana obteve o terceiro lugar.”

Sabendo-se que cada uma delas fez, nessa oportunidade, uma afirmação verdadeira e outra falsa, quem ganhou o concurso, no caso, foi:

- A) Analu.
- B) Ana.
- C) Andreia.
- D) Amanda.

18) Observe a sequência a seguir:

(1, 4, 9, 16, 25, 36, 49, 64, ...)

O vigésimo termo dessa sequência é igual a:

- A) 121.
- B) 225.
- C) 269.
- D) 400.

19) Se leio, então compreendo. Se compreendo, então acerto. Não acerto. Logo,

- A) Não leio e não compreendo.
- B) Não leio e compreendo.
- C) Leio e não compreendo.
- D) Se não leio, então compreendo.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

20) Na tabela verdade abaixo, p e q são proposições simples:

p	q	$p \vee q$	$\sim(p \vee q)$	$p \leftrightarrow q$	?
V	V	V	F	V	F
V	F	V	F	F	V
F	V	V	F	F	V
F	F	F	V	V	F

A proposição composta que substitui **CORRETAMENTE** o ponto de interrogação é:

- A)  $p \wedge q$
- B)  $p \rightarrow q$
- C)  $\sim(p \rightarrow q)$
- D)  $\sim(p \leftrightarrow q)$

21) Uma loja de produtos de higienização do município de Nova Serrana elevou o preço do álcool em gel em 25%. Decorridos alguns dias, a loja divulgou uma remarcação de preços para retornar ao valor inicial do produto, tendo em vista a necessidade de a população ter acesso ao produto devido à epidemia do COVID-19. Qual percentual de desconto ele praticou para conseguir voltar ao preço inicial?

- A) 25%.
- B) 20%.
- C) 15%.
- D) 10%.

22) Todos os pacientes atendidos em um Centro de Saúde de Nova Serrana estão sendo acompanhados pelos profissionais de Psicologia e de Educação Física. Do total dos pacientes atendidos, 6% têm faltado ao atendimento em Psicologia, e 4% têm faltado ao atendimento em Educação Física. Ainda com referência ao total dos pacientes atendidos, 1% tem faltado ao atendimento em Psicologia e em Educação Física. Um Assistente Social do Centro de saúde conhece, ao acaso, um dos pacientes atendidos, que lhe diz não ter comparecido aos atendimentos em Psicologia. Então, a probabilidade de que este paciente esteja se ausentando também no atendimento de Educação Física é, em termos percentuais, igual a:

- A) 50%.
- B) 25%.
- C) 1%.
- D) 33%.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

Leia o texto abaixo para responder à questão 23.

“A expectativa de vida do brasileiro aumentou (...), seguindo uma tendência mundial. (...) Para os brasileiros nascidos em 2004, a expectativa de vida é de 71,7 anos. (...) O aumento reflete melhorias nos serviços de saúde pública e de saneamento (...). Em 1980, a expectativa de vida no Brasil era de 62,6 anos.

(...) Os dados regionais mais uma vez confirmam as desigualdades entre as unidades da federação. Enquanto no primeiro colocado, o Distrito Federal, um bebê nascido em 2004 terá esperança de viver 74,6 anos, um bebê nascido em Alagoas, no mesmo ano, terá uma esperança bem abaixo da média nacional: 65,5 anos.”

O Globo, 02 dez. 2005 (Adaptado)

23) O percentual de crescimento da expectativa de vida do brasileiro de 1980 a 2004 foi de, aproximadamente:

- A) 10,2%.
- B) 12,2%.
- C) 14,5%.
- D) 15,7%.

24) Mateus, Paulo e Lucas são irmãos. Um deles é psicólogo, outro é assistente social, e o outro é educador físico. Sabe-se que:

- I. Ou Mateus é psicólogo ou Lucas é psicólogo.
- II. Ou Mateus é assistente social ou Paulo é educador físico.
- III. Ou Lucas é educador físico ou Paulo é educador físico.
- IV. Ou Paulo é assistente social ou Lucas é assistente social.

Portanto, as profissões de Mateus, Paulo e Lucas são, **RESPECTIVAMENTE**:

- A) Assistente social, psicólogo, educador físico.
- B) Psicólogo, assistente social, educador físico.
- C) Assistente social, educador físico, psicólogo.
- D) Psicólogo, educador físico, assistente social.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

25) O plantão de um hospital público de Nova Serrana possui 2 Assistentes Sociais, 1 Médico e 2 Psicólogos. Sabendo-se que a equipe multidisciplinar do hospital conta com 6 Assistentes Sociais, 5 Médicos e 4 Psicólogos, de quantas maneiras a equipe de plantão pode ser formada?

- A) 250.
- B) 300.
- C) 400.
- D) 450.

### LEGISLAÇÃO

26) De acordo com a Lei Orgânica Municipal de Nova Serrana, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Independe de pagamento de taxa ou emolumentos ou de garantia de instância o exercício do direito de petição ou representação, bem como a obtenção de certidão, devendo o poder público fornecê-la, no prazo máximo de trinta dias, para a defesa de direitos ou esclarecimento de interesse pessoal ou coletivo.
- B) O município de Nova Serrana tem autonomia para alterar normas constitucionais federais, podendo adotar normas regulamentadoras sem observar os princípios constitucionais e de justiça.
- C) Ao Município é permitido recusar fé a documento público caso este não esteja em conformidade com o interesse do agente público.
- D) Depende de portaria a criação, organização e supressão de distritos ou subdistritos, observada a legislação estadual.

27) De acordo com o Estatuto do Servidor do município de Nova Serrana, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O servidor público ficará sujeito a Estágio Probatório pelo período de dois anos, durante o qual sua aptidão e sua capacidade serão objeto de avaliação, para desempenho do cargo, por comissão instituída para essa finalidade.
- B) O servidor não aprovado em estágio probatório será obrigatoriamente reconduzido ou readaptado.
- C) A homologação do estágio probatório ocorrerá depois de demonstrada aptidão funcional, mediante aprovação do servidor na avaliação final de desempenho.
- D) O servidor público poderá adquirir a estabilidade antes da homologação do estágio probatório por interesse da administração pública.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

28) De acordo com a Lei Orgânica do Município de Nova Serrana e os bens de domínio público, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os bens móveis, ainda que assistenciais, serão adquiridos pelo município obrigatoriamente por meio de licitação.
- B) É vedado ao Poder Público edificar, descaracterizar ou abrir vias públicas em praças, parques, reservas ecológicas e espaços tombados do Município, ressalvadas as edificações destinadas à construção de hospitais ou unidades educacionais.
- C) Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.
- D) Alienação de bem imóvel público edificado independe de avaliação prévia, de licitação e aprovação legislativa.

29) Em relação ao código tributário municipal de Nova Serrana e suas disposições, marque a alternativa **CORRETA**:

- A) O município poderá instituir e aumentar impostos municipais de sua competência por meio de decreto legislativo.
- B) A contribuição de melhoria, cobrada pelo Município no âmbito de suas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- C) Ao município é permitido instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
- D) Os tributos municipais poderão ser cobrados pelo ente municipal no mesmo ano em que forem criados, desde que estabelecidos mediante lei.

30) As licenças e as concessões são direitos dos servidores públicos previstos no Estatuto de Nova Serrana. Sobre os diferentes tipos de licença previstos na respectiva legislação municipal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A critério da administração poderá ser concedida ao servidor efetivo a licença para trato de assuntos particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos consecutivos, com remuneração, prorrogável por igual período.
- B) Poderá o servidor estável obter licença por motivo de doença na pessoa do pai, da mãe, de filhos, do cônjuge ou companheiro, mediante comprovação médica.
- C) O servidor de cargo comissionado poderá ausentar-se para cumprir mandato eletivo sem prejuízo de sua remuneração.
- D) Ao servidor que for doador de sangue conceder-se-á licença remunerada de 2 dias.





CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.

Dentro dessa estrutura, **NÃO** compete aos municípios:

- A) Legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- B) Com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, manter programas de educação infantil e de ensino fundamental e prestar serviços de atendimento à saúde da população.
- C) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual, bem como instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- D) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, além de promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

32) De acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é **INCORRETO** afirmar sobre as etapas de execução das obras e serviços que:

- A) É vedado incluir, no objeto da licitação, a obtenção de recursos financeiros para sua execução, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos de legislação específica.
- B) É vedado incluir, no objeto da licitação, o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.
- C) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- D) É vedado o retardamento imotivado da execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, se existente previsão orçamentária para sua execução total, salvo insuficiência financeira ou comprovado motivo de ordem técnica desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

33) A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, introduziu um importante avanço na legislação do terceiro setor para todos os entes da Federação ao dispor acerca do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

A respeito das disposições vigentes nesta lei, analise a veracidade das afirmações a seguir, classificando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- I. As disposições vigentes na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, não se aplicam aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição Federal.
- II. A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá a pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho para averiguar o cumprimento dos objetivos pactuados no ajuste das metas e atividades definidas.
- III. As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos que desejarem apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria precisam submeter, no Procedimento de Manifestação de Interesse Social, diagnóstico fundamentado da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver, indicando a viabilidade, os custos, os benefícios e os prazos de execução da ação pretendida.
- IV. O regime jurídico de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, destina-se a assegurar, dentre outras coisas, a valorização dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Assinale a alternativa que melhor representa a ordem de classificação das sentenças:

- A) V – F – F – V.
- B) V – V – F – F.
- C) F – F – V – V.
- D) F – V – V – F.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

34) De acordo com o Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), em seu art. 206, prescreve:

- A) Em cinco anos a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- B) Em três anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
- C) Em cinco anos a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.
- D) Em um ano a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

35) De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), quando se trata de produção de prova testemunhal, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Os desembargadores dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais Regionais Eleitorais e os conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal são inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função.
- B) O juiz solicitará à Secretaria que remeta cópia da petição inicial ou da defesa à testemunha arrolada pela parte, juntamente com as informações relativas a dia, hora e local da audiência designada.
- C) A intimação deverá ser feita pela via judicial quando figurar no rol de testemunhas servidor público ou militar, hipótese em que o juiz o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que servir.
- D) A testemunha pode requerer ao juiz o pagamento da despesa que efetuou para comparecimento à audiência, devendo a parte pagá-la logo que arbitrada ou depositá-la em cartório dentro de três dias.

36) De acordo com a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Entende-se como dano de natureza extrapatrimonial a ação ou omissão que ofenda a esfera moral ou existencial da pessoa física ou jurídica, as quais são as titulares exclusivas do direito à reparação.
- B) A sexualidade, a liberdade de ação, a honra, a imagem, a intimidade, a autoestima, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física.
- C) A imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial, a repercussão positiva ou negativa e o sigilo da correspondência são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica.
- D) A reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

37) Sobre a ação de demarcação de terras particulares, regulada no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Os peritos propõem, em laudo fundamentado, a forma da divisão, devendo consultar, quanto possível, a comodidade das partes, respeitar, para adjudicação a cada condômino, a preferência dos terrenos contíguos às suas residências e benfeitorias e evitar o retalhamento dos quinhões em glebas separadas.
- B) O juiz nomeará um ou mais peritos para levantar o traçado da linha demarcanda e, por meio de sentença que julgar procedente o pedido determinará o seu traçado.
- C) Concluídos os estudos, os peritos apresentarão minucioso laudo sobre o traçado da linha demarcanda, considerando os títulos, os marcos, os rumos, a fama da vizinhança, as informações de antigos moradores do lugar e outros elementos que coligirem.
- D) As plantas serão acompanhadas das cadernetas de operações de campo e do memorial descritivo, que conterá o ponto de partida, os rumos seguidos e a aviventação dos antigos com os respectivos cálculos, os acidentes encontrados, as cercas, os valos, os marcos antigos, os córregos, os rios, as lagoas e as distâncias a pontos de referência, tais como rodovias federais e estaduais, ferrovias, portos, aglomerações urbanas e polos comerciais.

38) A partir das mudanças trazidas pela Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019, à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, analise as seguintes afirmativas como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- I. A Medida Provisória nº 905, de 2019, autorizou expressamente o trabalho aos domingos e aos feriados.
- II. A Medida Provisória nº 905, de 2019, determinou que o trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.
- III. A Medida Provisória nº 905, de 2019, assegurou a todo empregado um repouso semanal remunerado de vinte e quatro horas consecutivas, preferencialmente aos domingos.
- IV. A Medida Provisória nº 905, de 2019, estabeleceu que o trabalho aos domingos e aos feriados será remunerado em dobro em qualquer caso.

Assinale a alternativa que melhor representa a ordem de classificação das sentenças:

- A) V – F – V – F.
- B) V – V – F – F.
- C) F – F – V – V.
- D) F – V – F – V.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

39) De acordo com as limitações constitucionais impostas ao poder de tributar, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro.
- B) É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ressalvados os casos de concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- C) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- D) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

40) Analise as seguintes afirmações:

- I. São sujeitos à sobrepartilha os bens sonegados e os bens da herança descobertos após a partilha.
- II. A sobrepartilha correrá nos autos do inventário do autor da herança.
- III. O juiz nomeará curador especial ao incapaz, sempre que concorrer na partilha com o seu representante.
- IV. É lícita a cumulação de inventários para a partilha de heranças de pessoas diversas quando houver dependência de uma das partilhas em relação à outra.

De acordo com o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015):

- A) Somente a I é verdadeira.
- B) Todas são verdadeiras.
- C) Somente uma é falsa.
- D) I, II e III são verdadeiras.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

De acordo com a leitura do texto motivador e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo em modalidade escrita formal da Língua Portuguesa sobre o tema: **“Os desafios da administração pública no Brasil”**.

#### TEXTO MOTIVADOR

A administração pública se refere ao aparelho estatal, ou seja, ao conjunto formado por um governo e seus agentes administrativos, regulado por um ordenamento jurídico (BRESSER PEREIRA, 1995), que consiste no conjunto de normas, leis e funções existentes para organizar a administração do Estado em todas as suas instâncias e tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência (BRASIL, 2015, art. 37).

O princípio da Legalidade representa uma garantia para os administrados, pois qualquer ato da administração pública somente terá validade se respaldado em lei. Representa um limite para a atuação do Estado, visando à proteção do administrado em relação ao abuso de poder.

O princípio da Impessoalidade deve ser observado em duas situações distintas:

1) em relação aos administrados: significa que a administração pública não poderá atuar discriminando pessoas de forma gratuita, ou seja, a administração pública deve permanecer numa posição de neutralidade em relação às pessoas privadas.

2) em relação à própria administração pública: a responsabilidade deve ser imputada ao órgão/pessoa jurídica, e não ao agente público.

Segundo o Princípio da Moralidade, o ato e a atividade da administração pública devem obedecer não só à lei, mas também à moral. Todo aquele que objetivar algum tipo de vantagem patrimonial indevida, em razão de cargo, mandato, emprego ou função que exerce, estará praticando ato de improbidade administrativa. Exemplos: usar bens e equipamentos públicos com finalidade particular; intermediar liberação de verbas; estabelecer contratação direta quando a lei manda licitar; vender bem público abaixo do valor de mercado; adquirir bens acima do valor de mercado (superfaturamento).

O Princípio da Publicidade é a obrigação, o dever atribuído à administração de dar total transparência a todos os atos que praticar, ou seja, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso.

O Princípio da Eficiência busca resultados e visa atender ao interesse público com maior eficiência.



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

A função desses princípios é a de dar unidade e coerência à administração pública, em relação direta com o Direito Administrativo, controlando as atividades administrativas de todos os entes que integram a federação brasileira (União, Estados, Distrito Federal e municípios). A administração pública exerce suas funções por meio de seus agentes, órgãos, entes e atividades públicas, garantindo a direta e imediata realização plena dos fins alçados pelo Estado. A administração pública sempre será exercida em harmonia com os princípios que regem o Direito Administrativo, sendo que as ações que os contrariem serão invalidadas. De acordo com a Constituição Federal, a instituição, a alteração, a estruturação e a atribuição de competência dos órgãos da administração pública devem ser norteadas por lei ou normas regulamentadoras (princípio da legalidade). A função dos princípios é oferecer diretrizes, uma espécie de bússola a ser seguida.

No Direito existe uma diferenciação entre princípios e regras. Analisando tal distinção, Madeira (2014, p. 18) pondera que os princípios jurídicos são hierarquicamente superiores às regras, e estas não podem ser interpretadas à revelia daqueles. E, quando não existe uma regra específica para regular uma determinada situação, deve-se utilizar dos princípios. “Nunca, nos Estados de Direito, invocou-se tanto os princípios, podendo-se mesmo afirmar que se está diante da era principiológica do Direito”. Diante de tais ponderações, Madeira (2014, p. 19) afirma, então, que os princípios jurídicos “representam os valores materiais eleitos pela própria sociedade como justiça, sendo a partir desses valores que esses princípios erigem [...] um padrão que há de ser observado”. Os princípios jurídicos são preceitos vinculados aos valores fundantes de uma determinada sociedade e expressam, nessa sociedade, sua concepção do que é justo.

Além dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal, a Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo em nível Federal, estabelece outros princípios que devem nortear a administração pública, entre os quais podemos destacar, além dos já conhecidos, os princípios (art. 2º): da finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica e do interesse público.

A administração pode assumir duas vertentes: a primeira é a ideia de servir e executar; a segunda envolve a ideia de direção ou gestão. Nas duas visões, há a presença da relação de subordinação e hierarquia. Administrar para muitos significa não só prestar serviços e executá-los, como também governar e exercer a vontade geral com o objetivo de obter um resultado útil à coletividade. Administrar significa também planejar e elaborar ações no sentido de enfrentar os problemas vividos diariamente pela sociedade, ou seja, elaborar políticas públicas que possam orientar as ações governamentais. Em suma, podemos definir administração pública como toda atividade do Estado. Logo, podemos formular conceito próprio partindo da visão de Hely Lopes Meirelles: “O estudo da administração pública em geral, compreendendo a sua estrutura e as suas atividades, deve partir do conceito de Estado, sobre o qual repousa toda a concepção moderna de organização e funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados” (MEIRELLES, 1994, p. 55).





CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

A organização da administração pública brasileira divide-se em administração direta e indireta.

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Administração direta é o conjunto de órgãos que integram as pessoas federativas, aos quais foi atribuída a competência para o exercício, de forma centralizada, das atividades administrativas. Abrange três poderes políticos estruturais: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A administração indireta do Estado é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à administração direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada. A Administração Indireta, na análise de Hely Lopes Meirelles, é o conjunto dos entes (entidades com personalidade jurídica) que, vinculados a um órgão da Administração Direta, prestam serviço público ou de interesse público. Segundo o art. 4º, inciso II, do Decreto-Lei n. 200/67, a Administração Indireta compõe-se de: autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação pública.

## REFERÊNCIAS

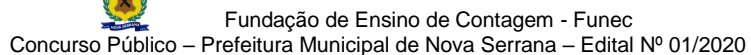
BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. *Estado, aparelho do Estado e sociedade civil*. Brasília: ENAP, 1995.

MADEIRA, José Maria P. *Administração Pública*: Tomo I. 12. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 19. ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/administracao-publica/>. Acesso em: 7 mar. 2020. Adaptado.

[illegible]



CÓDIGO	CARGO
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

**FOLHA DE RASCUNHO DO GABARITO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	



Fundação de Ensino de Contagem - Funec  
Concurso Público – Prefeitura Municipal de Nova Serrana – Edital Nº 01/2020

<b>CÓDIGO</b>	<b>CARGO</b>
304	Cargo: Especialista de Apoio da Assistência Social Especialidade: Advogado de Apoio da Assistência Social

<b>38</b>	
<b>39</b>	
<b>40</b>	

Nova Serrana, 18 de outubro de 2020